

**Dai e vos será dado:
o patrimônio fundiário dos beneditinos na Bahia e em São Paulo
(sécs. XVI-XVII) – Notas de pesquisa**

**Jorge Victor de Araújo Souza
Doutorando em História/UFF
Bolsista CNPq**

Resumo:

Nesta comunicação apresentaremos alguns resultados parciais de nossa investigação de doutorado, temporariamente intitulada *Entre o claustro e o engenho: inserção da Ordem de São Bento na América portuguesa (c.1580–c.1690)*. Pela limitação espacial, enfocaremos apenas as capitânicas da Bahia e de São Paulo, apesar da pesquisa estar em estado avançado, tendo também gerado dados sobre Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro. Esta última foi analisada em outra ocasião (ARAÚJO SOUZA, 2008). Instalados na América portuguesa no final do século XVI, os beneditinos tornaram-se grandes proprietários de terras, imóveis e escravos. Parte significativa destes bens era oriunda das doações dos denominados “benfeitores”. Pretende-se demonstrar que a montagem do patrimônio monástico extrapolava uma simples exterioridade da fé.

Palavras-chave: Mosteiro de São Bento; patrimônio fundiário; reciprocidades

Os beneditinos na América portuguesa, ao contrário de seus congêneres no território hispano-americano, estabeleceram um vultoso patrimônio fundiário já na primeira metade do século XVII. Isto os vinculou ao restante da sociedade através da arrecadação de aluguéis na área urbana e da produção agrícola, contando inclusive com imensa escravaria. Mas quem bancou a instalação desta empresa monástica?

A congregação beneditina em Portugal não financiou a instalação dos monges na América portuguesa. Os beneditinos vieram para o Brasil sem substantivo apoio financeiro da Ordem em Portugal e tampouco da Coroa. Na reunião da Congregação no Mosteiro de Pombeiro, em 12 de janeiro de 1600, informou-se que “as casas no Brasil não têm rendas e se sustentam só com as esmolas que lhes dão e com as esmolas das pregações e missas”¹.

Além do retorno econômico que a exploração da terra podia oferecer, devemos levar em consideração que durante o Antigo Regime sua simples posse servia como

¹ AMS, Bezerra 1, 1600. f. 196v.

extraordinário elemento de distinção social². A posse, o *dominium*, a riqueza fundiária, possuía uma valorização ligada “aos desígnios divinos, à natureza e à honra” (CARDIM, 2001, p. 159).

A doação de terras a mosteiros e conventos amplificava o atributo de grandeza social, um ato que remontava à Idade Média (MARTINS, 1992; PIZARRO, 1995; AMORIM, 1997). Em Portugal são inúmeros os exemplos de doações a igrejas, conventos e mosteiros por parte de nobres e da própria realeza, os famosos “coutos”. Entre os grandes doadores aos mosteiros beneditinos em Portugal pode-se citar o Conde D. Henrique e D. Teresa, que em 1110 doaram ao mosteiro de Tibães terras adjacentes à abadia e outorgaram uma carta de Couto de algumas léguas. Em 1135, D. Afonso Henriques concedeu o Couto de Donim, entre Guimarães e Braga. As cartas de couto podem ser consideradas cartas de foro que criavam e defendiam terras e privilégios das instituições eclesiásticas:

doar aos clérigos e monges revestia um aspecto de grandeza moral, dado que eles, enquanto interlocutores do divino, funcionavam para os doadores como uma espécie de garantes mediáticos da protecção de forças sagradas. Deste modo, clérigos e monges (igrejas e mosteiros), em termos económico-políticos, tornavam-se também senhores e eram assimilados a nobreza e, como tais, tratados socialmente (DIAS, 1996, p. 280).

Percebe-se que em Portugal a prática de doar a instituições religiosas era extremamente dignificante. O que o autor chama de “grandeza moral”, nada mais é do que a distinção social que o doador ganhava em seu ato. Detalhe interessante é que ele aponta uma assimilação dos mosteiros por parte da nobreza em Portugal, inclusive nas formas de tratamento. Em suma, a posse de terras e sua exploração garantiam certo *status* social. Os que vieram tentar a sorte na América portuguesa não abandonaram este *habitus*.

Reciprocidades na Bahia

Quando os beneditinos chegaram à localidade que era capital da América portuguesa, em 1581, encontraram uma sociedade que já se estruturara em torno da lavoura açucareira e que formaria nas décadas seguintes um dos mais importantes centros do comércio transatlântico. Nesta época já havia outras instituições estabelecidas em seu núcleo urbano, como o colégio dos jesuítas e a Santa Casa da Misericórdia.

² Karl Polanyi aponta que na França, até a época da Revolução, a propriedade fundiária era uma fonte de privilégios sociais. (POLANYI, data, p. 83)

Nas informações fornecidas por Gabriel Soares de Souza, nota-se que em 1587 a Bahia possuía trinta e seis engenhos, que exportavam anualmente mais de cento e vinte mil arrobas de açúcar; sessenta e duas igrejas, três mosteiros, e mil e quatrocentos barcos a remo (SOUZA, 1939). A relevância que a região adquiriu para o Império português pode ser atestada pela invasão empreendida pelos holandeses em 1624. Esta capitania foi estrategicamente escolhida pelos batavos por suas riquezas e por sua posição privilegiada no cenário atlântico. Enfatizando a afirmação, nos lembra José Roberto do Amaral Lapa que os documentos da época se referiam à Bahia como “o Porto do Brasil” (LAPA, 1968, p.1).

A primeira tentativa de instalação dos beneditinos na América portuguesa sofreu certa resistência por parte da Câmara da Bahia. Cinco camaristas, dentre eles Sebastião Moniz Barreto e Manoel Ferraz, não concederam licença para que os monges se estabelecessem. Os “homens bons” justificaram o veto afirmando que frei Pedro apresentara uma carta em que a intenção descrita era de apenas recolher esmolas pelas imediações e não a de edificar uma comunidade de religiosos (LVTMB, p. 449).

Frei Pedro pediu licença ao bispo D. Antônio Barreiros. Este por sua vez, em 15 de abril de 1581, deu a devida autorização, mas exigindo que somente “se o governador e os mais oficiais da Câmara convierem”. Nota-se como a esfera da governança espiritual estava dependente da temporal no que dizia respeito às decisões sobre determinadas ações dos religiosos. Nas casas da Câmara, em 10 de junho de 1581, frei Pedro de São Bento Ferraz apresentou a procuração do Geral beneditino para a edificação de uma casa da Ordem na capitania. A autorização concedida para que os beneditinos se instalassem na ermida de São Sebastião foi dada por seis camaristas, que significativamente não eram os mesmos que três meses antes impuseram empecilhos aos religiosos. Entre eles estava Gabriel Soares de Sousa, um ferrenho oponente dos jesuítas (LVTMB, p.450).

A primeira doação na Bahia foi feita pelo Condestável Francisco Afonso em 16 de junho de 1580, um ano antes da tentativa assinalada, acenando para os beneditinos que teriam onde instalarem uma casa da Ordem na capitania. Francisco Afonso não possuía descendentes (LVTMB, p.404-406).

Na doação feita pelo Condestável, Gabriel Soares de Sousa estava presente como testemunha. O autor do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, foi um grande benfeitor dos beneditinos na Bahia. Oriundo do Ribatejo, Gabriel Soares nasceu por volta de 1540. Aportou na Bahia em 1569, onde se fixou casando-se com Ana Argolo, descendente de um

“extrato dos melhores da terra”. Tornou-se senhor de engenho. Em 1592, morreu sem deixar descendência.

Ao redigir seu testamento em 1584, Gabriel Soares teve como procurador um monge beneditino, frei Antonio Ventura. O doador deixava chãos na cidade para que os monges pudessem fazer terisinas (sic) ao longo do mar para alugar e pelo caminho acima muitos foros de casas e “muitas casas ao longo da estrada que tudo pelo tempo adiante virem a render muito para o Convento” (LVTMB, p.395-403).

Em seu testamento, Gabriel Soares expressava claramente sua devoção: “Item tomo por meu advogado o nosso glorioso padre São Bento de cuja ordem sou irmão mas na vontade sou frade professo a quem humildemente peço não me desampare e me recolha debaixo de seu amparo pois tamanha vontade tenho de o servir e ajudar a aumentar sua religião”. O doador buscou se inserir espiritualmente na comunidade, criando uma posição – “frade professo na vontade”. Destaca-se também o papel que ele sabia ser extremamente importante para a Ordem naquele momento: alguém capaz de “aumentar a religião”. Este qualificativo refere-se ao engrandecimento material da Ordem e sua capacidade de fundar outras casas pelo território.

No mesmo ano em que produziu o *Tratado descritivo*, ele informava no *Capítulos contra os padres da Companhia de Jesus que vivem no Brasil* que, “em cada capitania destas pedem frades franciscanos e de São Bento, os quais já começaram já a fundar mosteiros, a quem esta gente tem muita devoção, porque na Baía há já um mosteiro de S. Bento e outro dos capuchos, que na terra foram bem recebidos e ajudados, para terem com quem se consolar em seus trabalhos”. Em seu ataque aos padres da Companhia, o colono esmiuçou e expôs as tensões que afloraram com a chegada dos beneditinos:

E tão escandalizado estava o bispo e governador dos Padres, que como chegaram à Baía os religiosos de São Bento favoreceram-nos muito e confessaram-se com eles, e todos os moradores principais da terra, onde se enterram, e o bispo cometeu suas vezes dos casos a ele reservados, ao abade, o que dantes cometia ao Reitor do colégio, os quais Padres sofreram tão mal que se desavieram logo com estes religiosos que nunca poderam fazer deles amigos, no que deram muito escândalo a terra, que a despeito da Companhia, trabalha muito pelos favorecer, como fizeram em lhes ordenar logo um mosteiro, onde estão 200 religiosos de grande satisfação para a terra que lhes já ordenou mui honesta comedia (ABNRJ, p. 368-369).

Esta informação, em parte, é confirmada pelo jesuíta Christovão Gouvea, que escreveu sobre sua missão “as partes do Brasil” em 1583: “Toda a viagem [o governador] se confessou comigo, e algumas vezes na Baía, mas como chegaram os frades Bentos, logo se confessou com eles” (CARDIM, 1980, p.142).

Em 1592, os jesuítas, entre eles Fernão Cardim, refutaram as acusações alegando que o bispo e o governador agiram desta forma porque eram da Ordem de São Bento de Avis e por isto estas autoridades possuíam afinidades com os beneditinos. Disseram ainda que não tinham se altercado com os padres de São Bento, com quem, inclusive, compartilhavam a mesa em dias de festa e visitavam constantemente. Além disto, informaram que Gabriel Soares exagerou no número de religiosos desta Ordem que, contando com os noviços, não chegavam a dez (ANBRJ, p.368-369).

Soares de Sousa esforçava-se por demonstrar que a instalação da Ordem de São Bento seria muito apropriada para América portuguesa, em detrimento da Companhia de Jesus. Para isto, apontou as afinidades que as autoridades locais tinham com os beneditinos e inclusive mentiu, alegando que a Ordem tinha um número exorbitante de religiosos na Bahia. Ele dedicou seus escritos ao Primeiro Marquês de Castelo Rodrigo, D. Cristóvão de Moura, na expectativa de que este nobre levasse suas informações ao Rei. Ronald Raminelli observou que esta dedicatória fazia parte de uma estratégia de Soares de Sousa, que das franjas do Império utilizava seus conhecimentos para angariar prestígios e mercês. Ainda de acordo com o historiador, “as denúncias de Gabriel Soares de Sousa abordam os entraves ao emprego da mão-de-obra indígena nos empreendimentos coloniais” (RAMINELLI, 2008, p.39). Estes entraves também foram combatidos em outras regiões.

Os indígenas também estabeleceram laços com os beneditinos. Em 16 de julho de 1586 ocorreu a doação de uma índia. Tratando-se de gentio da terra, desconhecemos doação semelhante para os beneditinos ou mesmo para outras ordens religiosas. Nesta data, Paraguaçu, mulher do naufrago Diogo Alvares Caramuru, doou para os monges a Capela de Nossa Senhora da Graça situada em Vila Velha, com toda a prata e ornamentos do serviço da dita ermida. A índia aparece no Livro do Tombo beneditino com o nome europeizado de Catharina Alvares Caramuru. Ela não dominava o português, sendo necessário a intermediação do padre Luiz de Graa como “irmão língua”. Catharina, apesar de índia, é tratada como “dona” (LVTMB, p. 86-93).

Mais do que evidenciar o incentivo dos beneditinos ao casamento entre índios e europeus ou, o sucesso da catequese portuguesa, a doação de Catharina Álvares aponta para uma das formas como os índios poderiam se inserir na hierarquia social do Antigo Regime. A índia doava como outros membros da sociedade. Nesta lógica os índios atuavam como agentes que podiam conceber escolhas e traçar estratégias e não apenas agirem como “tabulas rasas”. Catarina escolheu a ordem de São Bento, mas poderia ter

escolhido a dos jesuítas, representados no momento pelo próprio interprete que a acompanhava. Sua família já tinha vínculos anteriores com os inacianos, sendo seu marido inclusive elogiado pelo padre Manoel da Nóbrega. Não temos dados para inferir sobre os motivos da escolha de Paraguaçu, que podem ser também por uma devoção particular a Nossa Senhora das Graças. Mas o que destacamos é o simples fato da índia poder escolher para onde iria seu cabedal e o fato dos beneditinos contarem com ajuda de diferentes estratos da sociedade na constituição inicial de seu patrimônio.

O mosteiro também recebeu bens de “gente sem qualidades”, como de Cristovão Afonso e sua mulher Izabel Dorotea, ambos lavradores. Ele era genro de Manuel Nunes Seitas, Capitão da Guarda do Governador Manuel Teles Barreto. A sesmaria doada aos monges em 8 de setembro de 1587 era parte da herança que o casal recebeu do Capitão e consistia em terras defronte ao forte de Nossa Senhora da Conceição com recifes de pedra correntes. Segundo os doadores os beneditinos teriam uma fonte de subsistência porque o local era excelente para se “fazer camboas para tomar peixes” (LVTMB, p. 29-30). Mas não só pessoas nesta situação doavam ao mosteiro.

Em 17 de maio de 1620, Gonçalo Afonso, proprietário de escravos da Guiné e de índios, dizendo-se muito devoto de São Bento, afirmou que “se queria recolher no dito mosteiro na forma em que de direito se costuma e o pode ser” (LVTMB, p.332). Assim desejava proceder juntamente com Felipe Afonso, seu filho. Em troca, Gonçalo deixava ao mosteiro todos seus bens, que não são especificados no documento. Todavia, ele ditou condições bem precisas: “já homem velho de muita idade não obrigarão nem constrangerão a ir fora do dito convento nem assistir em granjas e fazendas do dito mosteiro, salvo de sua livre e mera vontade o quizer fazer” (LVTMB, p. 333).

A doação de Gonçalo explicita o quanto as relações com os beneditinos podiam envolver a família. Ele colocou seu filho sobre a proteção do abade do mosteiro, desta forma Felipe Afonso só poderia dispor de alguns bens com a anuência de um religioso. Especificando, Gonçalo afirmava que um tal Pedro Garcia lhe devia 280\$000, de onde o abade retiraria cem mil para comprar peças da Guiné para dar a Felipe Afonso. Estes cativos se juntariam a mais seis, e com eles o filho de Gonçalo trabalharia a terra em São Francisco de Itapuã, tudo sob a supervisão do abade que estivesse no governo em Salvador. No mínimo, Gonçalo Afonso tinha confiança na administração dos abades de São Bento, entregando ao controle dos monges o único meio de subsistência de seu filho. Alguns anos

após os dois ficarem sob a proteção do mosteiro, Salvador foi sacudida por uma incursão estrangeira. Os beneditinos ficaram a mercê dos “invasores hereges”.

Em 1624, quando da primeira investida dos batavos, os beneditinos passaram maus bocados. O mosteiro baiano se transformou em quartel, abrigando dois mil soldados sob o comando do Marquez de Cropani. Os monges refugiaram-se nos sertões, retornando para casa cerca de um ano depois. Ao dar crédito a reconstrução realizada pelo padre Antônio Vieira, fica-se a par da dimensão dos estragos causados no início da dita invasão:

Saqueadas já e destruídas as casas, vão-se aos templos os sacrílegos, e aqui fazem o principal estrago. Arremetem com furor diabólico às sagradas imagens de santos e do mesmo Deus; *quis tália fando temperet a lacrimis*. A esta tiram a cabeça, àquela cortam os pés e mãos, umas enchem de cutiladas, a outras lançam fogo. Desarvoram e quebram as cruzes, profanam altares, vestiduras e vasos sagrados; usando dos cálices, onde ontem se consagrou o sangue de Cristo, para em suas desconcertadas mesas servirem a Baco, e dos templos e mosteiros dedicados ao serviço e culto divino, para suas abominações e heresias. Tal foi a misericórdia de nosso Deus que quis então tomar em si a maior parte do castigo, por não nos castigar com outro maior, como nossos pecados mereciam (HANSEN, 2003, p. 86).

Neste momento, alguns candidatos ao noviciado foram transferidos para outros mosteiros. As doações foram suspensas e só retornaram anos depois.

Em 8 de agosto de 1628, Lourenço de Brito Correa, Capitão e Fidalgo de Sua Majestade, doou a ermida de Nossa Senhora das Graças. Alegou que era para que “com mais largueza a possam administrar e cumprir obrigações dela pela devoção que lhe tenho” (LVTMB, p.80). Seguiu seus passos, em 29 de setembro de 1630, Manuel Nunes Paiva, que deixou 600\$000 para duas sobrinhas e mais 200\$000 para os franciscanos. Aparentemente deixou uma quantia menor para os beneditinos, 100\$000. No entanto, afirmou:

Declaro que nenhuma outra coisa deixo aos meus parentes e que quero e é minha vontade que se faça uma capela no mosteiro de São Bento desta cidade da Bahia na igreja nova aonde me passarão meus ossos e porão minha campa no meio dela *com um Letreiro por onde se conheça cuja é a capela* e de quem nela está enterrado, a qual capela se fará pela ordem, e traça, e no lugar que parece ao padre Dom abade do dito mosteiro para cujo gasto e sustentação anexo e vinculo todos os meus bens, e fazenda que se achar que me fica e o rendimento dela, tirando daí as despesas que se devem a administração (LVTMB, p.105).

Manuel Nunes exigia a colocação de um letreiro, identificando-o como proprietário do referido espaço na igreja, provavelmente deveria ser feito em mármore com o nome em cava. Como patrono, exigia que seu nome não fosse esquecido e que os outros frequentadores da igreja dele se lembrassem. Nota-se a preocupação de juntamente com os

vínculos materiais doados, vincular também a própria memória do doador. No documento, como em outros, não se tem a localização precisa da fazenda doada.

As doações vieram de integrantes de vários estratos sociais, inclusive indivíduos que se podiam considerar como pertencentes a elite local, como Bernardo Vieira Ravasco, que em 29 de julho de 1685 doou vinte e seis braças de “chãos da banda do mar da rua que vem de Nossa Senhora da Conceição para as portas da cidade sitos entre as casas”. Bernardo Vieira Ravasco era fidalgo de Sua Majestade, primeiro secretário do Estado do Brasil, instituído em 1646, também ocupou o cargo de Alcaide-mor de Cabo-frio em 1664, e além de detentor destes títulos era senhor de engenhos na Bahia. A doação de vinte e seis braças poderia ter sido feita a outra ordem religiosa, na qual ele contava com vínculos de parentesco, pois era irmão do insigne jesuíta padre Antônio Vieira. Ao não doar para Companhia de Jesus, pelo menos não estas terras, Bernardo Vieira se justificava afirmando que

Respeitando eu as honras e favores que os reverendos padres provinciais e abades e mais religiosos do mosteiro de São Sebastião do Patriarca São Bento desta cidade fizeram a mim e a Gonçalo Ravasco Cavalcante e Albuquerque, meu filho, enquanto estivemos homiziados; e a antiga amizade que sempre professamos com os ditos religiosos, e professou meu pai: e desejando parecer agradecido a estas obrigações; por esta por mim feita e assinada de meu moto próprio, e sem coação alguma outra faço doação (LVTMB, p.375).

O período em que Bernardo Vieira esteve homiziado no mosteiro beneditino refere-se a um conflito envolvendo várias autoridades régias na capitania, cujo ápice foi o assassinato de Francisco Teles de Menezes, Alcaide-mor. Eram bem antigas as desavenças entre os Menezes e os Ravasco, recaindo sobre Bernardo a acusação do crime. Esta incriminação foi reforçada pelo apoio do governador Antonio de Souza de Meneses ao bando do Alcaide-mor assassinado. No entanto, Ravasco livrou-se das pendengas, pois como demonstrou o historiador Pedro Puntoni sua inserção social era muito boa e ainda contava com a influência de Antônio Vieira junto ao Bragança³. Seu prestígio foi confirmado quando seu filho recebeu o hábito de Cristo, prometido em 1623.

Nota-se na declaração de Bernardo Vieira que o vínculo de obrigação criado com os religiosos foi além da pura devoção por São Bento ou outros santos presentes na igreja do mosteiro. Sua doação aponta para antiga amizade com os monges, afinidade que perdurava por três gerações da família e que contou no momento em que o mesmo

³ Sobre a inserção social de Bernardo Vieira Ravasco e as quizílias que enfrentou ao longo de sua administração, ver: (PUNTONI, 2005. p. 157-178).

precisou de abrigo no mosteiro. Enfim, Bernardo Vieira explicita a relação de reciprocidade “desejando parecer agradecido a estas obrigações”, respeitando assim as “honras e favores” dos monges. O caso marca uma forma de inserção dos religiosos.

Apesar de competirem com outras ordens religiosas e instituições, os beneditinos na Bahia foram bem agraciados com as doações dos moradores. Com isto, puderam consolidar um patrimônio considerável, além de firmarem vínculos com os doadores e seus descendentes.

Reciprocidades em São Paulo

Se no começo do século XVII, a capitania do Rio de Janeiro, contando com excelente abertura para o Atlântico e alguns engenhos de cana-de-açúcar, ainda não passava de um “entreposto incrementado”, quiçá a interiorizada São Paulo. Pois como ensinou Alcântara Machado “o que falta aos paulistas não é o chão, que aí está, baldio e imenso, à espera de quem o fecunde. Faltam-lhe, sim, a ferramenta, o vestuário, tudo quanto a colônia não produz ainda e tem de vir, através de obstáculos sem conta, da metrópole distante” (MACHADO, 1965, p.40). Não obstante, comparado com as demais capitanias, o número de doações recebidas pelo mosteiro de São Paulo, no século XVII, é ínfimo, porém, bem significativo socialmente.

Neste século, a economia da capitania foi paulatinamente fomentada pela mão-de-obra indígena, que ao longo do tempo possibilitou o incremento agrícola, tanto da produção como de seu transporte. Isto gerou uma situação econômica bifronte: riqueza comercial e pobreza rural (MONTEIRO, 2005, p.208). Em suma, se na capitania da Bahia os beneditinos encontraram uma sociedade minimamente estruturada, em São Paulo a instalação da Ordem se confundiu com a própria fundação de vilas.

O mosteiro de São Paulo recebeu sua primeira doação pelas mãos do capitão-mor Jorge Correia, em 1598. A primeira ermida beneditina foi fundada por frei Mauro Teixeira, em 1599. Este monge fazia parte da primeira comitiva do governador Francisco de Souza. Mas o documento que pode ser considerado a “certidão de nascimento civil do mosteiro” é a carta de sesmaria passada ao mosteiro pela câmara da Vila de São Paulo, em 1600, dando chãos para instalação dos beneditinos (LTMSPP, p.8-9). Ao contrário do mosteiro da Bahia que encontrou impedimento inicial por parte da Câmara e outros cenóbios que tiveram

pouco incentivo deste órgão administrativo, o cenóbio paulista parece ter sempre conseguido favorecimento dos camaristas.

Somente em 1610 o Mosteiro de São Paulo teve impulso para seu desenvolvimento, com o retorno do governador Francisco de Souza ao território. Todavia, o beneditino José Lohr Endres chama a atenção para um fato intrigante. Houve um interregno entre a doação da Câmara, em 1600, até a ocasião do mosteiro de São Paulo ser juridicamente visível para a Congregação em Portugal, em 1635. Endres baliza seu argumento na ausência de qualquer menção a abadia paulista na constituição da Congregação de 1629 e nas atas da “Juntas do Brasil” entre 1612 e 1635 (ENDRES, 1980, p. 72-73). Endres acertou quanto a condição jurídica deste mosteiro, pois este somente no ano de 1635 teria seu primeiro abade, o sevilhano, frei Álvaro de Hinojosa y Carvajales. Antes disso, os negócios do mosteiro ficavam ao cargo de um procurador – Manuel Preto, o “Calção de ouro” – também conhecido como o “terror das reduções jesuíticas” (TAUNAY, 1927, p.45). A nosso ver, isto acompanha a própria situação periférica da capitania em relação às demais. Capitânicas particulares estavam em decadência no início do século XVII (RICUPERO, 2009, p. 104-105). Havia dificuldades de instalação em outra capitania particular. Por exemplo, sobre a tentativa dos beneditinos se instalarem no Espírito Santo, Frei Gaspar da Madre de Deus informou que os abades perderam “as esperanças de nelas se poderem sustentar os religiosos necessários para viverem regularidade perfeita” (MADRE DE DEUS, 1975, p.241).

Os benefícios da Câmara continuaram durante o século XVII. Em 1666, por exemplo, o abade frei Gabriel da Natividade alegou que o mosteiro era pobre e só tinha duzentas cabeças de gado, que eram constantemente roubadas. A solução, segundo o abade seria a doação de “dois sítios para dois currais da parte do rio Tamanduaty no campo desta vila os quais sítios ficam um defronte de seu mosteiro e o outro defronte da olaria de Francisco de Siqueira”. Seus apelos foram devidamente atendidos (LTMSP, p.13-16). No ano seguinte, outro abade, frei Mauro da Trindade, pediu a Câmara terras nos brejos de Anhagabay. O beneditino alegava que o mosteiro sofria constantemente com a falta de água e que o dito brejo não servia a ninguém. Foi também atendido pelos camaristas (LTMSP, p.17-21).

Mas foi a partir da segunda metade do século XVII que os beneditinos conseguiram um poderoso e estável “protetor”, ninguém menos do que o Capitão Fernão Dias Paes Leme. Em 21 de abril de 1646, o abade provincial, frei João da Victoria, escreveu para a

Câmara de São Paulo solicitando ajuda da municipalidade para o mosteiro paulista. Paes Leme, solícito, edificou uma igreja nova e ajudou na construção de vários espaços no mosteiro, como o dormitório. Também doou terras e um sítio, uma légua e meia distante da cidade, que os monges chamaram de São Caetano. Em troca o mosteiro lhe deu sepultura perpetua, inclusive para seus descendentes, no espaço mais valorizado da igreja (LTMSp, p. 72-75).

Conhecido como um dos grandes apresadores de índios, o sertanista Paes Leme possuía condições de auxiliar a abadia paulista. O protetor dos beneditinos tinha, na figura do abade frei Jerônimo do Rosário, ligação de parentesco com o cenóbio. Natural do Porto, frei Jerônimo era irmão de Manuel Ferraz de Araújo, pai dos sertanistas Antônio e Jerônimo Ferraz de Araújo e cunhado de Fernão Dias⁴. No início do século XX, o nome de Fernão Dias Paes Leme era ainda lembrado no mosteiro de São Paulo. Na inauguração da nova igreja, o abade Dom Miguel Kruse mandou fazer uma efígie do doador para colocar no exterior. A abadia paulistana soube retribuir⁵.

Gaspar da Madre de Deus, que foi importante abade dos mosteiros de São Paulo e do Rio de Janeiro, era descendente dos Paes Leme. Alguns monges possuíam ascendência ligada a doadores, como frei Plácido Godoy, filho de Baltasar Godoy e Antônia Preta. Seu avô materno era Manuel Preto, o “calção de ouro”, que como assinalamos foi procurador do mosteiro paulista. Parentes de grande doador eram frei Manuel de Santa Maria e frei Francisco da Purificação, filhos do Capitão português Manuel Mendes de Almeida. Em torno do mosteiro paulista reuniram-se as principais famílias vicentinas, sobretudo, descentes de apresadores de índios e fundadores de vilas.

Em São Paulo, onde a economia no século XVII estava atrelada ao apresamento de índios, o quadro de animosidade com a Companhia de Jesus se repetia, ou seja, os demais súditos “exerciam sua oposição aos jesuítas alegando que os padres retardavam o desenvolvimento de suas atividades econômicas” (MONTEIRO, 2005, p.141). A Câmara foi muitas vezes um importante veículo para que os proprietários de terras e índios se opusessem aos jesuítas em São Paulo. Esta mesma instituição iniciou importantes doações aos beneditinos. Nesta ocasião, a composição da Câmara era de sertanistas apresadores de índios. O primeiro a assinar o documento de doação foi o castelhano Baltazar de Godói,

⁴ Manuel Ferraz de Araújo era casado com Verônica Dias Leite, irmã de Fernão Dias Paes.

⁵ Sérgio Buarque de Holanda atentou para o fato de o mosteiro ter gasto uma enorme quantia com exéquias, sete vezes superior aos anos anteriores, justamente no ano da morte de Paes Leme, inferindo que os beneditinos fizeram um ritual com muita pompa (HOLANDA, 1977, p. XXVII).

casado com Paula Moreira, filha do Capitão Jorge Moreira, também doador ao mosteiro. Baltazar fez parte da bandeira de Nicolau Barreto, que avançou sobre Guaíra, em 1602. Outro camarista que assinou a doação foi João Fernandes, que anos depois, em 1616, tomou parte da bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga.

Outros oponentes dos jesuítas foram os irmãos Fernandes, fundadores de vilas, apresadores de índios e também, como veremos, doadores de bens aos beneditinos. Mas com certeza nenhum aliado dos monges era mais temido pelos inacianos do que Manuel Preto, o “terror das reduções jesuíticas”, “arrasador do aldeamento do Guaíra” e dono de cerca de mil cativos negros da terra de acordo com Afonso de Taunay. O vínculo de Manuel Preto com o mosteiro chegou a tal ponto que os beneditinos o designaram como procurador da casa, ele cuidava dos interesses dos monges em São Paulo, dando conta de suas ações somente ao abade no Rio de Janeiro. Em 9 de julho de 1630, no documento que atesta as sesmarias cedidas pela Câmara aos monges, consta o nome de Manoel Preto como aquele que, até aquele ano, muito bem cuidou dos negócios da Ordem na ausência dos prelados (LTMSP, p.3).

Uma peculiaridade do cenóbio paulista foi a criação de várias “casas satélites”, com estatuto de presidência, isto é, não eram regidas por um abade, mas sim por um monge presidente. Estas casas tinham poucos monges habitando cada uma e que cultivavam mandioca para sobreviverem. Com estas características, foram fundadas quatro: Parnaíba (1643); Santos (1650); Sorocaba (1660) e Jundiaí (1668).

A “casa da Parnaíba” foi instalada graças a uma doação do sertanista André Fernandes Ramos, filho do “povoador” Manuel Fernandes Ramos e de Suzana Dias, mameluca, filha de João Ramalho, senhor do principal assentamento luso-tupi da capitania. André Fernandes era um dos chefes das tropas de Manuel Preto, e foi considerado pelos jesuítas um “grande matador e desolador de índios” (TAUNAY, 1927, p.94).

A “casa de Sorocaba” foi fundada através de uma doação feita por Balthazar Fernandes, irmão de André Fernandes. Os dois eram apresadores de índios. Balthazar desejava que os beneditinos construíssem um hospício no terreno que doara, o que foi devidamente realizado pelos religiosos. Segundo o documento de doação, os beneditinos deveriam fabricar um dormitório, com quatro celas, despensa, cozinha e refeitório. Em contrapartida, Balthazar doava “sua terça, que diretamente lhe couber por sua morte, assim de bens móveis como o de raiz e peças do gentio da terra para o serviço da igreja” (TAUNAY, 1927, p.107). Isto seria dado aos religiosos após a morte do doador, todavia de

imediatamente ele comprometeu-se em oferecer “um moço também do gentio da terra para serviço da sacristia, e assim uma moça cozinheira para o serviço dos reverendos padres”, além de “doze vacas, um touro, um moinho, uma vinha e casas”. Também oferecia “para os padres fazerem suas lavouras um pedaço de terras que começará uma roça, que ora se planta mandioca para sustento dos ditos padres” (TAUNAY, 1927, p.107). Naquelas imediações, doações tão generosas só poderiam vir de um homem que possuía quatrocentos índios e plantações de algodão e trigo. Era casado com D. Izabel de Proença, descendente dos “principais da terra”. Balthazar deixou muitos descendentes que aproveitaram os vínculos estabelecidos com os beneditinos.

Os estabelecimentos dos monges em Parnaíba e em Sorocaba se confundem com as próprias fundações destas vilas. Era de suma importância, no estabelecimento de uma vila ou cidade, a existência de determinadas instituições, dentre elas, as de natureza religiosa. Os irmãos Fernandes garantiram, com suas doações, a presença de uma ordem religiosa onde pretendiam fundar um povoado.

A casa beneditina em Santos teve como ponto de partida a doação feita por Izabel Barboza, viúva de Bartolomeu Fernandes Mourão, em janeiro de 1650. A doação constava de uma ermida já erguida e o terreno ao seu redor. Além disto, Izabel afirmava ceder aos padres bentos “doze vacas, um touro, com seu pastor por nome Inácio do gentio da terra e que lhe emprestavam uma negra da lavadeira do gentio da terra até lhe dar outra para o serviço e um negro que possui pedreiro por nome Domingos para lhes fazer as obras” (TAUNAY, 1927, p.99).

A última “casa satélite” a ser fundada foi a de Jundiáí. Foi instalada em uma sesmaria dada em 26 de janeiro de 1668 pelo Capitão Agostinho de Figueiredo, Lugar-Tenente do donatário da capitania de São Vicente. Este doador nasceu em Portugal e veio para América portuguesa em companhia do governador D. Luís de Almeida (LTMSP, p.85).

Cadeias de reciprocidades

No início da pesquisa, duas concepções balizavam as considerações. A primeira era de que as doações sobreviviam somente dos “principais da terra”. A segunda concepção era de que havia um motivo específico que impulsionava os doadores a agirem da forma como agiam: a devoção pia. Estas impressões iniciais advieram, sobretudo, da leitura dos cronistas e historiadores beneditinos, que destacaram dentre os demais doadores, apenas os

“principais da terra”, tentado dar uma aura de magnificência aos vínculos do mosteiro⁶. E obviamente, os mesmos autores explicavam os atos destes doadores apenas como oriundos de uma religiosidade que necessitava ser exteriorizada. Mesmo em trabalhos acadêmicos ratificou-se esta perspectiva homogeneizadora sobre a montagem do patrimônio beneditino (COSTA, 2003), com exceção da dissertação de Cristiane Tavares (TAVARES, 2007).

São concepções muitas vezes simplistas e que enfatizam relações mecânicas, e porque não, excessivamente funcionalistas. Levando-se em consideração que a “cultura é distributiva”, ou seja, que as construções culturais possuem padrões de não-compartilhamento, pode-se perceber que os doadores agiam de formas bastante diferenciadas quanto as expectativas que impulsionavam suas atitudes e a natureza do que era doado⁷. Além disto, as próprias origens sociais dos doadores apresentavam-se de forma matizada. Percebe-se que eles podiam pertencer aos “principais da terra”, mas mesmo neste grupo variavam bastante: apsesadores de índios em São Paulo, “conquistadores da terra” no Rio de Janeiro, “nobreza da terra” em Pernambuco, senhores de engenho na Bahia⁸. Às vezes as doações vinham de um doador coletivo, como no caso da Câmara em São Paulo ou poderia vir de forma individual, mesmo de um indígena, como a índia Paraguaçu na Bahia.

Em alguns casos foi possível perceber a existência de uma estratégia por parte de quem doava: a tentativa de criar um equilíbrio de tensões entre as ordens religiosas ou simplesmente substituir instituições do clero regular que se opunham aos seus interesses. Esta hipótese surgiu quando percebemos que significativos “benfeitores” dos beneditinos eram declarados inimigos dos jesuítas, principalmente como apontamos, na Bahia e em São Paulo. Neste sentido, são exemplares as atitudes de Gabriel Soares de Sousa na Bahia e dos apsesadores paulistanos, oponentes, sobretudo, dos jesuítas, notadamente no que dizia respeito às questões relativas ao uso da mão-de-obra indígena.

Mas não só os “principais da terra” doavam. Existiam lavradores empobrecidos que tentavam garantir sua subsistência ao doarem e criarem vínculos com os cenóbios. Estas

⁶ Havia também, o que não surpreende tratando-se de uma Ordem religiosa, doações que tinham como motivação as questões votivas e o ato de “bem morrer”, aliás, os motivos acima expostos de forma alguma excluía as dádivas pias. Eram comuns as devoções ao panteão beneditino, onde se congregava o enterro nos moldes cristãos, o agradecimento aos santos pela vitória na guerra aos holandeses, a devoção a Nossa Senhora de Montesserrat, dentre outras manifestações do âmbito da fé.

⁷ Ao afirmar que a “cultura é distributiva”, o antropólogo Fredrik Barth exemplifica com a descrição de um ritual funerário, onde aponta os interesses e interpretações diversas que estão ocorrendo na preparação e durante o evento (BARTH, 2000, p.132-136).

⁸ Estas posições sociais não se excluía, pois um “conquistador da terra” podia ser Senhor de escravos ou pertencer a Câmara.

estratégias são bem claras nas reciprocidades que estes faziam questão de detalhar diante dos tabeliões e das testemunhas. O que ditava estas doações, era sobretudo a busca pela segurança, a proteção das incertezas típicas de quem vivia em extrema dependência das adversidades climáticas, como bem demonstrou Giovanni Levi em um caso italiano⁹.

A cadeia de dons e contradons instituía obrigações e vínculos: “os dons criam dívidas de longo prazo que, muitas vezes, ultrapassam a duração da vida dos doadores, e os contradons têm como motivo primeiro restaurar o equilíbrio entre os parceiros, a equivalência de seu *status* – não a anulação da dívida” (GODELIER, 2001, p.143). Os intervalos entre os dons efetuados pelos doadores e os contradons realizados pela instituição poderiam ser considerados *ad aeternum* – “rezarem missas enquanto o mundo existir” – o que obrigava os beneditinos a rememorar constantemente seus vínculos. Com esta obrigação, os monges jamais conseguiriam quitar totalmente suas dívidas, estavam atrelados aos que doaram bens materiais através do compromisso de oferecerem um contradom imaterial.

As casas beneditinas na América portuguesa foram montadas graças à relação dos religiosos com outros súditos. Este fato teve conseqüências. Quando os “nascidos no Brasil” foram barrados nos acessos aos postos da Ordem, seus parentes alegaram que se tratava de uma injustiça, pois seus descendentes tinham outrora garantido a instalação e o enriquecimento dos religiosos (ARAÚJO SOUZA, 2007). As reciprocidades foram constantemente reafirmadas, entretanto, também foram postas em xeque na mesma medida.

Fontes e bibliografia

⁹ Levi salienta que uma das características da sociedade por ele estudada é a constante busca por segurança. Todavia, o objetivo fundamental desta procura era a garantia de perpetuação do *status*, através da transmissão de recursos e estratégias entre as gerações. Nos casos analisados por nós, alguns grupos simplesmente não possuíam descendentes, o que faz com que esta proteção contra as intempéries muitas vezes tivesse uma implicação da própria subsistência do doador (LEVI, 2000, p. 99).

Capítulos que Gabriel de Soares de Sousa deu em Madrid. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 62, 1942. Rio de Janeiro. (ABNRJ)

Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945. (LVTMB)

Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977. (LTMSP)

AMORIM, Inês. *O mosteiro de Grijó*. Senhorio e propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura do seu domínio). Braga: S/D, 1997.

ARAÚJO SOUZA, Jorge Victor de. “E o mais tudo vá numa nuvem de poeira”: notas sobre um movimento separatista na América portuguesa. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Vol. 9, nº 2 (jul./dez. 2007). Universidade Federal de Juiz de Fora. http://www.rehb.ufjf.br/?c=artigo&cd_art=24. Acesso em 29 de maio de 2009 às 10:24h.

_____. Entre doações e orações: os “principais da terra” e o mosteiro beneditino do Rio de Janeiro – sécs. XVI-XVIII. *História Unisinos*. Vol. 4, n. 2 (mai./ago. 2008)

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

CARDIM, Pedro. Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. *Revista de História das Idéias*. Vol. 22, 2001. Coimbra: Faculdade de Letras.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Salvador, século XVIII: o papel da Ordem religiosa dos beneditinos no processo de crescimento urbano*. Barcelona, 2003. Universitat Politècnica de Catalunya. Tese em Teoria e história da Arquitetura.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico. *Revista de Guimarães*, n 106, 1996.

ENDRES, José Lohr. *A ordem de São Bento no Brasil quando província (1582-1827)*. Salvador: Editora Beneditina, 1980.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HANSEN, João Adolfo (Org.) *Cartas do Brasil, 1626-1697*. Hedra: São Paulo, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977. p. XV-XXX.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

MADRE DE DEUS, Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MARTINS, Rui Cunha. *Património, parentesco e poder*. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV. Lisboa: Escher, 1992.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins Editora, 1965.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *Os patronos do mosteiro de Grijó* (evolução e estrutura da família nobre nos séculos XI a XIV). Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto, 1995.

PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 157-178.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. Brasil, c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

TAUNAY, Affonso de E. *História Antiga da Abbadia de São Paulo, 1598-1772*. São Paulo: Typographia Ideal, 1927.

TAVARES, Cristiane. *Ascetismo e colonização: o labor missionário dos beneditinos na América portuguesa (1580-1656)*. Curitiba, 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.